

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 10

A REVOLUÇÃO FRANCESA E A PENÍNSULA IBÉRICA



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1988

A REVOLUÇÃO FRANCESA NO DISCURSO DE *O PORTUGUEZ* (LONDRES — 1814-1826)

Esta comunicação pressupõe várias fases do discurso, muitas vezes contraditórias, que implicam dificuldades de análise, de coerência interna e de interpretação, porque antes de mais, o periódico é feito por um indivíduo que na sua dimensão humana não está ou possui a cada instante da sua existência o mesmo nível de consciência, estando, por isso, sempre mais ou menos aberto a influências exteriores e (ou) acidentais. A única possibilidade de compreender o conjunto dos textos aqui referenciados, na sua significação mais profunda, é, em nossa opinião, inseri-los nessa perspectiva que se reflecte na consciência e pensamento do redactor de *O Portuguez*, João Bernardo da Rocha Loureiro, perante a Revolução Francesa e Napoleão — sua concepção antropomórfica —, expressos pelas mais diferenciadas vias. É um jogo inscrito nos factos de maneira oculta, mas operando activa e vigorosamente, conduzindo-nos ao objectivo que pretendemos demonstrar: a defesa «travestida» da Revolução Francesa e de Napoleão por *O Portuguez* apesar de poder sugerir, em muitos casos, o contrário.

O período no qual centramos a nossa pesquisa situa-se entre Abril de 1814 e Dezembro de 1816, dividido em quatro fases. Embora pudéssemos alargá-lo cronologicamente, a escolha parece-nos crucial já que se situa entre a renúncia de Napoleão e a segunda restauração. A análise de dados posteriores confirmam, no essencial, as ilações aqui tiradas para uma inteligibilidade do discurso no sentido de tentar aceder ao «interior» do fenómeno discursivo e filtrar as «coisas» manipuladas pela mediatização das palavras.

* Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa.

Entrando concretamente no assunto, considerámos uma primeira fase, que podemos situar entre Abril de 1814 e Novembro do mesmo ano. Neste período, Rocha Loureiro, dirige críticas à Revolução Francesa por via transversa, ou seja, elogiando o tempo de tolerância, compromisso e confiança de Luís XVIII, após a renúncia do «usurpador» Napoleão, «filho da Revolução», que «podia dar paz ao mundo e pôr freio à ambição de todas as nações e não fez senão males» (1). Neste espaço, *O Portuguez* para além de outros comentários, nos quais insere a liberdade de imprensa envolta com ataques à Revolução Francesa e outras notícias comentadas favoravelmente sobre o que se passa em França, dá guarida especial a um longo discurso da Câmara de Deputados francesa (Abade Montesquiou-Fezensac) que acusa o regime deposto de destruição por várias gerações da riqueza do país. São páginas de ataque à Revolução, ao consulado e ao império, bodes expiatórios dos problemas sócio-económicos que afligem a França, num discurso apologético do regime restaurado que Rocha Loureiro considera «um documento da maior importância e o mais bem redigido de que há muitos tempos temos visto» (2).

Em Novembro de 1814 inicia-se uma outra fase, como que uma viragem no discurso de *O Portuguez*, inscrita numa reflexão sobre a Revolução, veiculando opiniões que não deixam de ser sintomáticas.

Se por um lado, critica veementemente o radicalismo de uma luta política agudizada, visando desapiedadamente os seus chefes como responsáveis pela «anarquia e confusão», pela «ruína e perdição que lhe veio do seu ateísmo prático», crítica onde insere Napoleão de modo irónico e agressivo, por outro, emerge, em nossa opinião, aquilo que pode ser a máscara de um determinado sentir pela obra inacabada.

É uma agressividade desesperada, demasiado até, para quem defende determinado ideal, a qual não deixa de ser completada por aquilo que chamamos psicologia do «ocupado», isto é, os resíduos das invasões francesas penetraram ao subconsciente com todo o cortejo de consequências.

Mas, neste jogo do por e do contra, na continuação da sua reflexão, o redactor de *O Portuguez* inverte a crítica para a colocar, subtilmente, ao lado da Revolução quando afirma que «o povo começou a ler política e a ser imbuído em todas as ciências morais que com elas têm conexão, e por isso não é muito que aprendesse os elementos naturais, que ensinam o

(1) *O Portuguez*, Vol. I, N.º I, p. 106.

(2) *Idem*, N.º IV, p. 354.

que aos povos devem os seus governos» (3), acentuando, contudo, o mau exemplo da França caída na anarquia e no despotismo bonapartista, contrapondo-a à «bem comportada» Inglaterra.

Curiosamente, fazendo prevalecer que a arte da guerra nada deve a Napoleão, como aliás outros campos de actividade, reafirma de imediato os resultados positivos na agricultura e ciências exactas às quais os corifeus da Revolução e o imperador deram o seu apoio.

Diríamos que neste processo fraseológico, Rocha Loureiro tenta o equilíbrio entre defeitos e virtudes, consequências de 1789, o que é, em nossa opinião, reflexo da impossibilidade duma maior exteriorização, dados os condicionalismos em que escreve e para quem escreve, pretendendo transmitir ideias sem se lhe conotar demasiado, escamoteando, através de linguagem «travestida» sentimentos mais profundos.

Há como que um ensinamento genealógico do discurso, criando as suas próprias leis transgressivas para formar uma linguagem, «escondendo o que ela dá a ver, roubando ao olhar o que ela se propõe mostrar» (4). O artifício é negar, condenar aquilo de que se é expressão, ostentar sem descanso (até certo momento) aos olhos de todos, pela acção e pela palavra, o oposto da essência do seu pensamento.

Neste período de viragem temos ainda que inserir as esperanças críticas que continua a depositar em Luís XVIII e Talleyrand circundadas com notícias sobre o clima insurreccional que se vive em França.

Simultaneamente que chama a atenção para as lições da Revolução, não deixa de opinar sobre Napoleão como homem «superior à fortuna enquanto de todo não perdesse o juízo... e com ele, toda a sua fortuna e o seu império» (5). Contudo, por via do discurso de interpostas personagens, defende o génio guerreiro de Bonaparte (atrás como verificámos a arte da guerra nada deve a Napoleão) noticiando o seu desejo de deixar a ilha de Elba para se «abandonar de novo à paixão desenfreada da ambição» (6) culpando disso o Congresso de Viena e a política de Luís XVIII.

A reentrada de Napoleão em França leva-o a chamar a atenção para o facto de o país não ser mais o de 1787. É uma França moldada pelos ventos da Revolução para o que contri-

(3) *Idem*, Vol. II, N.º VII, p. 17.

(4) Michel Foucault, *Raymond Roussel*, Paris, Gallimard, 1963, p. 165.

(5) *O Portuguez*, Vol. II, N.º IX, p. 218.

(6) *Idem, ibidem*, N.º IX, p. 462 .

buiu «o furor desatinado dos anarquistas que tentaram destruir até os cimentos do edificio social, apagando mesmo os sinais, que poderiam recordar as antigas memórias e instituições» (7).

Para *O Portuguez*, Bonaparte «defendendo uma coroa que não lhe vinha por herança, defenderá com ela os novos proprietários, a nova nobreza, os novos usos e costumes; enfim a nova França» (8) e «até a gente do comércio.... não pode todavia deixar de reconhecer.... que no carácter de Bonaparte há qualidades superiores que o recomendam como digno de governar» (9). Conclui, afirmando que não pode «mais ser perigoso à liberdade e independência da Europa», afirmação ao arrepio da qual mantém a posição de não confiar numa série de medidas do imperador em favor da liberdade, da igualdade e dos direitos dos povos.

Se por um lado, a postura de João Bernardo da Rocha Loureiro é de suposta neutralidade, como pretende dar a entender, por outro, existe aqui uma linguagem dissimulada onde afloram determinadas formas de pensar. Afirmando uma posição «gradualista», um desenvolvimento progressivo sem grandes mutações, parece, no entanto, concordar intimamente com o seguimento dado por Napoleão à Revolução.

Mais adiante não deixa de afirmar que os governos não aproveitaram as lições da Revolução Francesa e não souberam tirar daí «exemplos fecundos para a moral e a ciência política», Revolução que como ele atesta teve contra ela as cabeças coroadas da Europa exactamente porque proclamava «a liberdade e os direitos dos povos que pela maior parte eram vexados na escravidão» (10).

A linguagem de o redactor de *O Portuguez* surge, como verificamos, carregada de ambiguidade e de contradições, pelo menos, aparentes. Parecendo rezear o imperador — a tomada do poder por este pode acarretar, por reacção, o retorno a posições ultramontanas — não deixa de se mostrar íntimo admirador da Revolução, lamenta os seus excessos e elogia, quando pode, as suas virtudes na pessoa de Bonaparte.

Neste sentido vai ainda a apropriação e integração ao próprio discurso da «Memória de Carnot ao Rei Luís XVIII» de «merecimento não vulgar», cujo autor «único entre tantos facciosos tiranos» (11), defende claramente as posições tomadas

(7) *Idem, ibidem*, N.º XII, p. 488.

(8) *Idem, ibidem*.

(9) *Idem, ibidem* p. 496.

(10) *Idem*, Vol. III, N.º XIII, p. 14.

(11) *Idem, ibidem*, N.º XIV, pp. 118-119.

pelos caudilhos da Revolução, que nas condições históricas existentes não tinham outra alternativa à violência, legitimada pela usurpação do poder, sua justificação na anterioridade histórica donde naturalmente sai acusada a classe dominante do Antigo Regime usufrutuária do poder até à orgia.

A partir de Junho de 1815 podemos considerar já uma outra fase do discurso. É um período de triunfalismo associado ao desprazer e ao cepticismo, fundamentos de um artigo sobre a França, no qual, lançando de início dúvidas sobre a complexa situação que ali se vive, termina no que podemos considerar a defesa da Revolução e de Napoleão contra o que *O Portuguez* apelida de «contra-revolução», ao mesmo tempo que visa os críticos dos excessos revolucionários (que ele próprio vem criticando), deixando claro que «a Revolução Francesa teve por fundamento e apoio principal em seu princípio as luzes do século (que não podem desaparecer) reflectidas sobre o estado e o governo de França em 1789» (12).

Waterloo acontece, entretanto. Napoleão tem a maldição de muitos mas, como afirma,

«nós julgamos que a sua vida extraordinária não foi sem utilidade e proveito para o mundo... ele deu causa a que os escritores proclamassem verdades, que, sem Bonaparte, nunca se escreveriam; deu azo a que as nações abrissem os olhos... louvado seja por isso o Atila moderno novo açoitado da justiça divina» (13), «sua sorte é a de Aníbal, que tinha contra si os senhores do mundo» (14).

Napoleão comparável a Atila e Aníbal entra na dimensão do mito quando embarca para Santa Helena apesar de continuar a ser violentamente criticado como «tirano» e «usurpador», apesar dos excessos destruidores da Revolução que tem nele o seu epígono.

A última fase da nossa pesquisa situa-se a partir de Setembro de 1815. É um tempo que podemos chamar de veiculação de ideias em «negativo», ou seja, fazendo realçar o que de iníquo e nocivo se está a passar em França depois do governo dos cem dias, mas actuando também a descoberto.

Luí XVIII é um monarca sustentado pela força das armas e numa época de «idade da razão e da justiça», «uma explosão semelhante à de 1789» poderá acontecer com os mesmos resultados.

(12) *Idem, ibidem*, N.º XV, p. 219.

(13) *Idem, ibidem*, p. 308.

(14) *Idem, ibidem*, N.º XVI, p. 415.

Neste período Rocha Loureiro defende-se da acusação de ateu revolucionário, de jacobino e de bonapartista afirmando, resolutamente, o seu antibonapartismo o que não o impede de publicar a *Despedida de Bonaparte à França*.

A França passou a ser, a partir de agora, o país do «holocausto expiatório» nas pessoas dos generais da Revolução com pior sorte que outros no «governo do vilão e sanguinário Bonaparte» (15).

«Herético» define e defende as revoluções populares, pelas quais tem «respeito santo e religioso», mas, ao mesmo tempo, repudia «a anarquia, os horrores e os crimes do inferno» (16) da Revolução. A França passou do «excesso de liberdade» ao «excesso de opressão», «se pudesse dar-se as listas exactas dos crimes e virtudes da revolução ver-se-ia que menos foram aquelas do que estas» (17). «não aprovamos os excessos e crimes da Revolução Francesa [mas os Bourbons] entraram mal em França» (18).

Em Dezembro de 1816, onde termina a nossa análise, faz esta pergunta crucial: «Então quem é que teve a culpa da revolução? Foi o povo que era mal governado, mais de cem anos havia, ou foi o governo que fazia o povo infeliz?» (19). É uma pergunta para a qual a resposta é óbvia: o governo. Antes, contudo, e numa adesão oblíqua à Revolução não deixa de afirmar interrogativamente que «teria feito muito melhor a Inglaterra, se ao princípio da Revolução Francesa não levantasse cruzada contra ela... que lucros tirou esta na sua guerra com a França ou com lhe restaurar os Bourbons?» (20).

O Portuguez tem uma postura anti-Revolução Francesa e anti-Bonaparte mas ele é um defensor acérrimo da doutrina liberal. Este enunciado que pode surpreender não se «explica» senão avançando o seguinte pressuposto: há uma afinidade necessária entre a doutrina liberal, Bonaparte e a Revolução. Deste pressuposto pode concluir-se que a postura de *O Portuguez* não é senão aparente ou ilusória, acidental em todo o caso, pois contrária à sua essência política.

Se Rocha Loureiro desde logo se apresenta como anti-Revolução e anti-Napoleão, importa constatar que um argumento frequentemente utilizado é o de ligar Bonaparte e outros chefes da Revolução à ilegitimidade dos seus actos despóticos.

(15) *Idem*, Vol. IV, N.º XX, p. 180.

(16) *Idem, ibidem*, N.º XXI, p. 197 e N.º XXIV, p. 605.

(17) *Idem, ibidem*, N.º XX, p. 186 e N.º XXI, pp. 263-264.

(18) *Idem*, Vol. V, N.º XXVIII, p. 408.

(19) *Idem*, Vol. VI, N.º XXXII, p. 164.

(20) *Idem, ibidem*, N.º XXXI, pp. 79-80.

Discurso de O Portuguez

Um tal modo de criticar supõe uma regra praticamente não enunciada, segundo a qual as atitudes autoritárias fazem parte de qualquer processo político, num espaço e tempo dados, donde não se exclui o liberalismo. É aliás interessante o seu conceito de revolução a propósito de um artigo que escreve sobre Espanha: «o maior erro, que se possa cometer em uma Revolução é o dar um passo para trás, e querer governar em tempos e circunstâncias com a rotina dos tempos ordinários. Que importam alguns males, injustiças e vexações que sofram os cidadãos? As revoluções não são ordenadas para bem de uma só geração, são edifícios construídos para séculos, e, se possível, para a eternidade» (21).

Noutra ocasião não deixará ainda de afirmar que não há revolução que não imponha sacrifícios «quando com eles se tratasse de comprar a liberdade, quebrando os ferros de um governo opressor», para depois perguntar «porque não hei eu adorar as revoluções do povo, das quais mui bem compreendo a justiça, princípios, fins e utilidade?» (22).

Deste modo, mesmo que ela creia lutar, como se verifica em numerosas ocasiões, contra a Revolução e o «despótico» Bonaparte contradiz a sua posição aparente e deixa ver as ideias que determinam os seus julgamentos que não deixa de conotar com as luzes do século que impulsionaram a Revolução Francesa. Liberdade, igualdade, constituição, direito à insurreição tornam-se, assim, palavras de ordem duma reivindicação pelo reconhecimento dos direitos do homem, desaguando, deste modo, em axiomas-chave que formam o núcleo doutrinal da Revolução Francesa e do liberalismo.

Digamos que o anti-revolucionarismo e anti-bonapartismo de Rocha Loureiro não foram evacuados do discurso, mas eles são recebidos segundo uma lógica subjacente que os torna aceitáveis e acabam por vir reforçar paradoxalmente a demonstração.

Importa ainda salientar um outro aspecto que pode, em nosso entender, completar o que acabamos de afirmar. Trata-se da semelhança ética do liberalismo e da Revolução Francesa do período jacobino, que tem a ver com a «coloração espartana» que atravessa o discurso de *O Portuguez*, a que não é estranha a influência do quadro neo-clássico, «coloração» particularmente evidente no elogio ao heroísmo dos generais de Bonaparte, através dos quais mediatiza os elogios à Revolução e ao «vilão e sanguinário» Napoleão.

(21) *Idem*, Vol. III, N.º XVIII, pp. 590-591.

(22) *Idem*, Vol. IV, N.º XXI, pp. 208 e 210.

O respeito pela dignidade passa pelo «exercício da virtude», duas palavras ou conceitos-chave desta nova ética proposta pelo liberalismo a que não será estranha a influência jansenista em Portugal.

Ao nível desta nova ética Rocha Loureiro conduz-nos a uma formulação última e sublimada, sob a forma de competência, de que é exemplo acabado Carnot e outros «honrados, virtuosos e iluminados varões», tidos como modelo, a seu modo uma outra forma de heroísmo e mentalidade heróica, suporte privilegiado e eficaz de uma nova ética e visão do mundo estruturadas em valores sedimentados como liberdade, igualdade, justiça, experiencialismo e racionalismo.

Há, contudo, que registar outras vertentes que, segundo pensamos, contribuem de modo importante para a postura de *O Portuguez* sobre a Revolução Francesa e Napoleão.

O império deixou a lembrança de uma idade de ouro em contraste com a restauração. Deste modo Napoleão torna-se nuclear para o liberalismo, porque salvaguardou princípios essenciais na ordem jurídica e administrativa que levaram à supressão das instituições que formavam a estrutura arcaica e complexa do Antigo Regime. «Liquidador» de algum modo da Revolução de 1789, mas fomentador de uma revolução política e espiritual à escala da Europa, não se estranhe, portanto, o mito Napoleão, forma/conglomerado onde se aliam os temas do herói e do tirano, do opressor estrangeiro e da águia cativa em Santa Helena.

No que respeita à contribuição da conjuntura interna portuguesa para esta visão de *O Portuguez* pode afirmar-se que as invasões francesas e o bloqueio puseram num caos o comércio português e perguntar-se-á logicamente que comerciante se poria ao lado de um sistema tão contrário aos seus interesses. Aderente do liberalismo, julgamos que Rocha Loureiro tendo tido provavelmente a tentação de acompanhar o novo estado de coisas, preferiu aguardar, como os comerciantes, a realização das reformas desejadas e previsíveis com a chegada de Junot, realização que saiu frustrada.

A partir desta situação os liberais tomam resolutamente o caminho duma posição anti-francesa onde se inserem as críticas aos excessos da anarquia revolucionária e às violências do despotismo napoleónico, e *O Portuguez* como eco de interesses comercialistas, não foi senão por solidariedade com a classe dos comerciantes que não se colocou, provavelmente, de um modo radical, entre os partidários da Revolução Francesa, solidariedade que é patente no tom depreciativo com que refere Junot e a cumplicidade evidente da nobreza portuguesa com este.

Gostaríamos de acrescentar, a finalizar, que faltando talvez a Rocha Loureiro, a dimensão dos construtores de sistema, não deixa de ser tanto ou mais digno de interesse exactamente por ele e o seu periódico, onde se regista um certo carácter panfletário, serem o eco do que podia sentir um homem cultivado pela leitura desta ou daquela obra, pela visão desta ou daquela situação, com limites é verdade, mas importante em todo o caso porque transmite aos coevos um desejo de mudança em vias de se operar e vê aí uma razão para continuar a acreditar no seu credo político.

Não se estranhe, portanto, encontrar no seu discurso a defesa da Revolução com todas as cautelas no que tange à conjuntura, espécie de harmonização de um tradicionalismo liberal com o revolucionarismo em que há momentos de um certo triunfalismo revolucionário.

Enunciados múltiplos e diversos de uma realidade feita de todos os sentimentos e ressentimentos sociais, assumidos individualmente por um libertador, autor manifesto de um discurso e de uma subversão que se entremeiam, discurso precedendo a libertação, discurso «travestido», motivado e emotivo perante a Revolução, é também discurso de «desilusão».

Não querendo passar por radical faz como que a «submissão» do discurso a interesses longínquos que conjunturalmente poderiam não ter aplicação. O jogo da ironia posto na prática discursiva de *O Portuguez* é tal, que a postura anti-francesa, patente em muitas ocasiões, é utilizada num sentido de defesa da Revolução. Diríamos que Rocha Loureiro «crucifica», em muitos momentos, face à opinião pública, o verdadeiro instrumento da sua doutrinação, como se este fosse seu mortal inimigo, para melhor conseguir os seus objectivos.

É uma prática discursiva que sendo um meio de «seduzir», revela astúcia na «submissão» que vai no sentido da sua luta pelo poder.

Deste modo, vemos o saber e o poder inscrevendo a sua assinatura e a sua ordem no universo que é *O Portuguez*, do qual Rocha Loureiro é o senhor último, saber e poder que projecta na formação ideológico-política portuguesa.

M.ª DOLORES SAIZ *

LA REVOLUCIÓN FRANCESA
EN LA PRENSA ESPAÑOLA DE LA EPOCA.
EL MERCURIO HISTORICO Y POLITICO:

(DE TERMIDOR A BASILEA) **

1. *Hacia una normalización de las relaciones entre España y Francia*

En su *Historia del reinado de Carlos IV*, Andrés Muriel manifestaba su admiración por el valor extraordinario de los soldados franceses en su lucha contra los enemigos de la Revolución:

«General fue el ardor bélico, universal el entusiasmo — escribe en su crónica —. Todos los hombres aptos para la guerra corrieron a tomar las armas sin distinción de estados ni condiciones. Llenas estaban las plazas públicas donde se hacían los alistamientos, y los caminos que llevaban a la frontera estuvieron también cubiertos muy en breve de voluntarios que buscaban ansiosos la ocasión de pelear contra los enemigos. Dejando las dulzuras y placeres de la vida doméstica, emprenden gustosos los trabajos de la guerra....» (1).

Los rumores sobre los graves peligros que amenazaban a la patria recorrieron la joven República francesa en el verano de 1793 actuando como elemento catalizador del sentimiento nacional frente a las presiones extranjeras.

* Universidad Complutense de Madrid.

** Esta ponencia constituye la segunda parte de la presentada en el Coloquio internacional celebrado en Madrid bajo el título: «La Revolución Francesa en la Prensa española de la época: el *Mercurio histórico y político*» (1789-1793) y abarca el periodo comprendido entre el 27-VII-94-22-VII-95.

(1) Andrés Muriel, *Historia de Carlos IV*, Madrid, Atlas, 1959, T. CXIV y CXV, I., p. 128.

Los éxitos militares de 1794 en Bélgica, el Palatinado, Tréveris, y en norte de España, contra los países que integraban la primera coalición, tuvieron el doble efecto de alentar en fervor revolucionario y elevar la moral maltrecha de un ejército sometido a muchas vejaciones en los momentos iniciales de la guerra. Para los españoles, sin embargo, las campañas de ese año resultaron desastrosas, creando en el ejército una conciencia de derrota que parecía insuperable:

«...el hambre y las enfermedades — escribía Godoy en sus *Memorias* — ejercitaban allí largamente la perseverancia española: desde fin de julio no tenía cada hombre sino la cuarta parte de una ración comenzada por los gusanos. Rematados ya los arbitrios de esta larga cuaresma de la Patria no quedó animal inmundo que no sirviese de regalo a aquellos dignos militares» (2).

En el verano de 1794, la guerra, «querida y provocada... por los que entonces gobernaban en la Francia, y que de parte de España fue una necesidad inevitable», pasaba por momentos especialmente críticos apesar del entusiasmo inicial que había presentado la lucha contra el francés como una cruzada en defensa de la religión y de la patria, apoyada en el fervor y en la generosidad popular: desde «los tesoros del Grande de Castilla hasta el pobre maravedí del mendigo». Pero en 1794 aquel entusiasmo se había disipado, cuando los franceses ocuparon las plazas de Figueras y San Sebastián, y, en 1795 las de Bilbao y Vitoria, acelerando las conversaciones de paz.

Sin embargo, la guerra, a pesar de la propaganda, no había sido aceptada por todas las fuerzas políticas; Godoy alude en sus *Memorias* a la reacción negativa de un sector de la clase política

«corto en número y recatado, mas no del todo sin influjo, que vió con pena la coalición contra la Francia, y que al voto nacional, tan pronunciado en favor de ella, lo graduó de un movimiento pasajero, que la influencia de las clases superiores, y la sugestión del clero habían causado en la muchedumbre ciega de las plebes» (3).

Un rechazo provocado por la influencia que sobre algunos políticos e intelectuales habían ejercido «las ideas nuevas, con que el siglo llenaba al mundo de esperanzas y temores».

(2) Manuel Godoy, Príncipe de la Paz, *Memorias críticas y apoloéticas para la historia del Reinado del Señor D. Carlos IV de Borbón*, Madrid, Atlas, 1965, T. 1, p. 92.

(3) Manuel Godoy, *Memorias...*, I, p. 66.

La llamada a los responsables de los ejércitos que operaban en el norte, en marzo del 94, proyectada para planificar nuevas campañas, iba a transformarse en un debate sobre el sentido de la guerra en el que Aranda apostó sin titubeos por la paz, defendiendo la neutralidad armada frente a una guerra que consideraba injusta, impolítica, «superior a nuestras fuerzas» y además, arriesgada para la monarquía; en opinión de Godoy, sin embargo, una guerra justa y salvadora contra un gobierno «perturbador, que predica la impiedad, el sacrilegio, el despojo, la destrucción y la ruina de cuanto existe».

Muy pronto, el proyecto de paz defendido por Aranda — causa importante de su caída —, iba a encontrar vía libre en los planes del Gobierno, cuando las dificultades planteadas dentro y fuera del país imponían una nueva orientación de la política española frente a Francia. Para Godoy, la paz estaba justificada en el caso de que «por resultado de una reacción dichosa, aparezcan (en el Gobierno francés) otras personas, otras leyes, otras máximas de política, otro sistema, en fin, que ofrezca garantía a las naciones y permita entenderse con la Francia» (4).

El camino hacia la concordia parecía definitivamente abierto tras la «gran jornada de Termidor» en la que muchos miembros cualificados del Gobierno veían el fin de la tiranía revolucionaria. Francia desde una postura más templada deseaba la paz y la armonía con sus vecinos de Europa y, «se indignaba... — según relatan las *Memorias* — de sufrir el desvío de los pueblos civilizados por los principios execrables con que la deshonraron sus tiranos»; la República antes rechazada aparecía ahora legitimada por la fuerza de las armas. La coalición perdía sentido en la medida en que desaparecían las causas que la habían impulsado.

La Diplomacia española supo aprovechar hábilmente la nueva coyuntura francesa en un contexto político interno enraizado, en el que podía percibirse un cierto malestar, provocado por algunos rumores que hablaban de intentos sediciosos y de conspiración: «En Madrid — escribía Muriel en su crónica — no dejaba de haber cabezas ardientes que profesaban grande admiración por los novadores y creyesen hacedero plantear en España las mismas reformas que en Francia» (5). Entre los proyectos de conspiración tuvo especial resonancia el protagonizado por Picornell, personaje tozudo que llamaba a la revolución desde papeles como el «Manifiesto» y la «Instruc-

(4) Manuel Godoy, *Memorias...*, 1, p. 100.

(5) Andrés Muriel, *Historia de Carlos IV*, T. I, p. 180.

ción», una tentativa verosímil abocada inexorablemente al fracaso⁽⁶⁾.

2. El «Mercurio histórico y político» en los años 90

El *Mercurio histórico y político* incorporado a la Corona por una Real Orden de 24 de enero de 1756, seguía reuniendo las mismas características que en el periodo precedente en cuanto a periodicidad, tirada y formato, cumpliendo su objetivo inicial de procurar a los lectores información puntual sobre cuestiones de política internacional, «las novedades de Europa» como había dicho en su presentación. Mantenía su precio de 2 reales, había rebajado algo su tirada y seguía imprimiéndose en la Imprenta Real. Dirigido desde 1773 hasta 1779 por José Clavijo y Fajardo modernizó su contenido, mostrando ahora interés por algunos de los temas más conflictivos del momento: las noticias sobre las doctrinas y prácticas de Ricci y del gran duque Leopoldo de Toscana, de clara inspiración jansenista, fueron publicadas e incluso defendidas desde las páginas del *Mercurio histórico* en la medida en que contribuían, en opinión del cronista, a la pureza y autenticidad del Evangelio⁽⁷⁾. El *Mercurio*, que, como dijimos, había alcanzado gran éxito en torno a los años 80, había renovado su título, *Mercurio de España* desde 1784, incluyendo importantes reportajes; para Guinard, el periódico oficial era «source d'informations exceptionnellement riche, est le plus moderne des journaux espagnols»⁽⁸⁾.

⁽⁶⁾ Sobre la conspiración de Picornell: A. Elorza, «Conspiración de Picornell (1795)», en *Pan y Toros y otros papeles sediciosos de fines del siglo XVIII*, Madrid, Ayuso, 1971, pp. 75-87 y del mismo autor *La ideología liberal en la Ilustración española*, Madrid, Tecnos, 1970, en concreto Apéndice II, pp. 304-309.

⁽⁷⁾ Sobre el *Mercurio*, cfr. P. J. Guinard, *La Presse espagnole de 1737 a 1791. Formation et signification d'un genre*, París, Centre de Recherches Hispaniques, 1973. E. Cotarelo y Mori, *Iriarte y su época*, Madrid, 1897. J. Trenas, «Mercurio histórico y político», *Gaceta de la Prensa Española*, 1942, noviembre, num. 6, pp. 341-368. L.M. Enciso Recio, *La Gaceta de Madrid y el Mercurio histórico y político, 1756-1781*, Universidad de Valladolid, 1959. Francisco Aguilar Piñal, *La prensa española en el siglo XVIII. Diarios, Revistas y Pronósticos, Cuadernos Bibliográficos*, Madrid, C.S.I.C., 1978. Sobre el jansenismo en la prensa española: M.^a Giovanna Tomsich, *El jansenismo en España, Estudio sobre ideas religiosas en la segunda mitad del siglo XVIII*, Madrid, Siglo XXI, 1972.

⁽⁸⁾ Guinard, *La Presse...*, p. 223.

En los años 90 el *Mercurio* había iniciado ya una fase de decadencia provocada por la aparición de periódicos nuevos ágiles y modernos, como el *Memorial Literario*. Como publicación oficial seguía vinculado a la Corona y dependía directamente de la Secretaría de Estado, disfrutando de abundantes recursos económicos y de una buena distribución⁽⁹⁾. Dedicado sobre todo a la información extranjera, sus largas y detalladas crónicas sobre los principales países europeos reflejan fielmente los intereses políticos del Gobierno. En este sentido, el nuevo espíritu que inspira las «Noticias de Francia» desde Termidor, muestra un proceso lento y firme al mismo tiempo, hacia la conciliación con el país vecino, acorde con los nuevos objetivos de la política exterior española.

La lectura de las crónicas del *Mercurio* sobre los acontecimientos franceses en estas fechas permite señalar dos etapas claramente diferenciadas en las que la reacción termidoriana marcó un hito informativo, lo mismo que ocurrió en los primeros años de la Revolución con la ejecución de Luís XVI; antes del 27 de julio del 94, las «Noticias» manifiestan una gran hostilidad hacia los acontecimientos y la política del país vecino, una condena radical de todo el proceso revolucionario — en pleno periodo del Terror — de la represión, el crimen, la corrupción y la mi-

⁽⁹⁾ Sobre Prensa y censura y Prensa y Revolución francesa: L. Domergue, *Tres calas en la censura dieciochesca* (Cadaíso, Rousseau, prensa periódica), Institut d'Etudes Hispaniques et Hispanoamericaines, Universidad de Toulouse, Le Mirail, 1981; *Censure et lumières dans l'Espagne de Charles III*, París, C.R.H., 1982 y *Le livre en Espagne au temps de la Revolution Française*, Presse Universitaires de Lyon, 1984; M. Defourneaux, *Inquisición y censura de libros en la España del siglo XVIII*, Madrid, Taurus, 1973; «Jansenisme et regalisme dans l'Espagne du XVIIIe siècle», *Caravelle*, Toulouse, num. 11, 1968, y *Pablo de Olavide ou l'afrancesado* (1725-1803), P.U.F., París, 1959, Desdevises de Dezert, «Notes sur l'Inquisition espagnole au dix-huitième siècle», *Revue Hispanique*, París, 1899.

Para una visión de las relaciones entre España y Francia en la época: Cfr. M. Artola, «La difusión de la ideología revolucionaria en los orígenes del liberalismo español», *Arbor*, mayo-junio, T. XXXI, pp. 447-490, 1955. A. Mousset, *Un Témoin ignoré de la Revolution. Le Comte de Fernán-Nuñez ambassadeur d'Espagne a Paris (1781-1791)*, París, 1929, pp. 15 y ss. J. Chavmie, «La correspondance des agents diplomatiques de l'Espagne en France pendant la Revolution», *Bulletin Hispanique*, 1935, pp. 189-195; 352-367 y 502-536. Ch. A. Geoffroy de Grandmaison, *L'Ambassade-française en Espagne pendant la Revolution (1789-1801)*, París, Plon, 1892. A. Sorel, «La diplomatie française et l'Espagne de 1792 a 1797», *Revue Historique*, T. X-XIV. J. Pérez de Guzmán y Gallo, *Las relaciones políticas de España con las demás potencias de Europa al caer el conde de Floridablanca en 1792*, Madrid, 1906 v «La Embajada de España en París en los comienzos de la Revolución Francesa», *España Moderna*, T. CCXXVIII y CCXXIX, Madrid, 1907.

sería: «no pasa día en que las dos salas (del Tribunal revolucionario) no envíen a la guillotina 4 ó 5 mil infelices todos con el pretexto de ser enemigos de la libertad», leemos en una crónica del *Mercurio*.

A partir de septiembre de 1794, las «Noticias de Francia» reflejan aún timidamente, el nuevo espíritu que pronto inspirará las relaciones entre España y Francia, un proyecto de acercamiento consolidado a lo largo de 1795.

La firma de la paz de Basilea el 22 de julio de aquel año, representa un momento decisivo en las relaciones internacionales españolas que culmina con la firma del tratado de San Ildefonso en 1796. Los nuevos aires que inspiran la política exterior fuerzan al *Mercurio* hacia una propuesta informativa que busca una orientación diferente de la opinión pública; un intento de aproximación a la causa francesa frente al rechazo del pasado. Después de Termidor, el cronista del periódico oficial desarrolla un análisis de los acontecimientos de Francia, distendido y, en ocasiones benévolo. Antes del 27 de julio, la condena, después, y por primera vez desde el comienzo de la Revolución, el periódico oficial hablaba de proyectos políticos importantes, de una nueva reorganización administrativa y de nuevos e interesantes planes sociales y económicos.

Cuando en septiembre de 1794 el cronista aludía al día 27 «como uno de los más memorables que ha habido después del establecimiento de la Convención», reflejaba en realidad una incuestionable fidelidad a las nuevas directrices marcadas desde el poder. El plan que incluía una estrategia distinta en las relaciones con Francia parecía claramente definido a partir del verano de 1794. Una nueva política exterior que reclamaba el apoyo de una opinión pública favorable y que representaba un verdadero reto informativo para el *Mercurio*.

3. Las «Noticias de Francia» antes del 27 de julio de 1794

Antes de Termidor, el *Mercurio* incluía en sus largas y apretadas crónicas unas «Noticias de Francia» dedicadas a presentar la situación del país vecino; noticias abundantes que expresaban una condena tajante de la Revolución y de los políticos revolucionarios: el cronista hablaba de «monstruoso sistema», calificaba de «déspotas de la Francia» a los gobernantes, y de «feroces antropófagos» a los representantes de la nación. La etapa del Terror — fase de máxima crispación del gobierno de la Convención —, resultaba especialmente propicia para el desarrollo de esta crítica feroz. Las cartas de los

representantes de provincias informando sobre medidas «de pacificación» suscitaban el pánico en un pueblo acosado por la miseria: «Continuamente llegan a la Convención cartas... en que no se leen más que horrores y sangre — leemos en la crónica de marzo —; pero por más dolorosas que sean a la humanidad estas atroces relaciones, conviene repetir las para que la edad presente y las venideras conozcan los funestos efectos de la anarquía».

El *Mercurio* dedicó especial atención a temas como la represión, la lucha por el poder entre los distintos partidos, la ineficacia política, la guerra dentro y fuera del país y la manipulación informativa del Gobierno sobre cuestiones de interés militar.

El cronista oficial no sólo condena la política del Terror sino que además se detiene en describir alguna de sus grandes aberraciones, «divisiones, conspiraciones, turbulencias, y otras causas de derramar sangre humana» y se escandaliza sobre todo por la crueldad de los jacobinos las declaraciones de Barrère sobre «la necesidad del terror» y de Carrier sobre «el terror saludable». En los primeros meses de 1794 el *Mercurio* insistía en los «suplicios, atrocidades, y ejecuciones sin fin» en Tolón, París, Nantes, Estrasburgo etc., de los que eran responsables la Junta de Salud Pública y la Convención como cómplices de la represión.

La lucha a muerte entre las distintas facciones del Gobierno actuaba como un caldo de cultivo en el que eran posibles todos los rumores — maniobras contrarrevolucionarias reales o ficticias, conspiraciones, delaciones y calumnias — que acentuaban la imagen de una Francia caótica y ruinosa.

A partir de marzo, el *Mercurio* informa del cambio que se está produciendo en la opinión pública francesa sobre Robespierre:

«Robespierre empieza a temer la suerte que él ha hecho experimentar a tantos de sus compañeros: en la Junta de los Jacobinos tuvo que hacer su apología defendiéndose de la acusación que le hacían de tener toda la autoridad de un dictador» (10).

La ineficacia del Gobierno, consecuencia inevitable de la enconada lucha por el poder de sus miembros, alimentaba un estado de opinión contrario a la política de las Juntas: la de Salud Pública, «verdadero soberano de la Francia — leemos en el *Mercurio* —, continúa en mantener la ilusión y el fanatismo

(10) *Mercurio histórico y político*, «Noticias de Francia», marzo, 1794, pp. 227-228.

de aquella infeliz Nación con los medios acostumbrados de la seducción, del terror y del trastorno de todos los principios» (11). La Junta de Instrucción era acusada por su «lentitud exasperante», la de Hacienda por su incapacidad para contener el crecimiento de los asignados que en 1794 habían alcanzado una cifra superior a los 6.000 millones de libras. La Convención por su parte, preocupada por los problemas militares más que por los asuntos políticos, recibía acusaciones constantes de inoperancia.

Las medidas sociales, políticas y económicas del Gobierno eran «escasas y demagógicas» según el *Mercurio*. En el campo económico y financiero, los bienes del clero, de la nobleza, de los condenados a muerte y de los «asentistas generales del antiguo gobierno», aunque como bienes nacionales servían de hipoteca a los asignados, resultaban aún insuficientes. Sin embargo, el problema más grave para Francia era sin duda el que planteaba la crisis de subsistencias, porque como decía el *Mercurio*: «si con el papel se puede suplir por algún tiempo la falta de numerario, la de las subsistencias no admite ningún suplemento» (12). Escaseaba el grano, y faltaba el pan y la carne, hasta el punto de que Barrère había llegado a proponer una «quaresma republicana», y en algunas zonas del país empezaba a hablarse de mendicidad, hambre y epidemias. En mayo, el *Mercurio* informaba sobre tumultos y motines, lamentándose «del triste espectáculo que ofrece la Francia, y principalmente la capital»: «... las panaderías y carnicerías se ven cercadas todos los días por inmensas tropas del pueblo, que se disputan tumultuosamente una triste y escasa porción para subsistir» (13). La decepción cundía en un pueblo que había empeñado su vida en defender la Revolución junto al terror, el hambre y la miseria frente al abusivo enriquecimiento de los políticos.

La manipulación informativa — apoyada celosamente por los miembros del Gobierno y por los representantes de las Juntas — es otro de los temas a los que presta especial atención el periódico; una política informativa sesgada, sobre todo en relación con los temas militares: el silencio sobre los fracasos y el triunfalismo al referirse a las propias victorias; el cronista español se queja «del descaro con que se fingen las relaciones de los sucesos de la guerra en la Convención tanto interna como exterior». La guerra de la Vendée, la «buena causa» a la que se sumaban cada día sacerdotes, jóvenes, mujeres y

(11) *Mercurio...*, «Noticias», enero, 1794, p. 11.

(12) *Mercurio...*, «Noticias», marzo, 1794, p. 230.

(13) *Mercurio...*, «Noticias», mayo, 1794, p. 13.

niños, era objeto de noticias breves y tendenciosas: la frase «ya no existe la Vendée», había sido muchas veces repetida y otras tantas desmentida por los hechos. Los informes de jefes y oficiales del ejército realista hablaban de victorias, de toma de ciudades y de desertión en las filas republicanas, mientras las sesiones de la Convención «se empleaban por la mayor parte en oír las ponderadas relaciones de Barrère sobre las victorias de los ejércitos franceses por todas partes». El Gobierno insistía en una superioridad militar inexistente: «pretendidas victorias, como decía el *Mercurio*, cuidando mucho de ocultar las repetidas e inmensas pérdidas en el Norte». Falsas noticias junto a una férrea censura a la que aludía nuestro cronista: «Se han dado providencias muy severas, y se acusa de traidores y contrarrevolucionarios a todos los que esparcen algunas de las muchas noticias funestas, que continuamente escriben del ejército del Norte» (14).

Mientras tanto, como recuerda el cronista en el interior crecía el descontento a pesar de la represión:

«Estas frecuentes insurrecciones de los pueblos, sin escarmentar en el rigor con el que los tratan después de sojuzgados — comentaba el *Mercurio* —, prueba el extremo de desesperación a que los conduce la violencia y la tiranía de la Convención, pues prefieren la desolación a la voluntaria adhesión» (15).

En primavera, la lucha por el poder provoca nuevos enfrentamientos entre jacobinos y sectores moderados con un triste balance de traición y muerte:

«...tal es la historia de la revolución francesa, en que vemos hacer un papel brillante al principio a Lafayette, Mirabeau, Bailly, etc. — leemos en las «Noticias» de mayo —, los cuales son condenados por Petión, Brissot y sus parciales: a estos acusan y destruyen un Hebert, Chaumet, Chabot, Danton & y estos últimamente perecen en la guillotina por las intrigas del partido de Robespierre y sus secuaces, a los cuales sin duda espera un fin semejante» (16).

Las palabras del cronista iban a resultar muy pronto premonitorias.

(14) *Mercurio...*, «Noticias», junio, 1794, p. 159.

(15) *Mercurio...*, «Noticias», marzo, 1794, pp. 232-233.

(16) *Mercurio...*, «Noticias», mayo, 1794, pp. 11-12.

4. El «Mercurio histórico y político» y la reacción termidoriana

Los acontecimientos que se producen en Francia a finales de julio de 1794, fueron precedidos de una intensa campaña antijacobina inspirada por el partido moderado; en círculos políticos y en algunos panfletos se hablaba del inminente peligro de deslizamiento de los jacobinos hacia posturas dictatoriales inspiradas por Robespierre y esos rumores encontraron acogida favorable en un pueblo acosado por la miseria y profundamente defraudado en sus expectativas revolucionarias. El *Mercurio* dedica varias crónicas a describir unos acontecimientos que considera decisivos para moderar el proceso de la revolución y que permiten plantear una nueva política de distensión en las relaciones entre España y Francia: «... el día 25 y los dos siguientes se habló mucho en los Jacobinos y en la Convención de la opresión en que estaba la Nación, de ciertas pretensiones a la Dictadura, y de las escenas sangrientas que se preparaban». El 26 Robespierre, según las «Noticias» pronunciaba un largo discurso en el que explicaba sus objetivos justificando las medidas adoptadas pero ni el fervor revolucionario ni la pasión consiguieron calmar la exasperación de sus enemigos. Los cargos contra el tirano eran muchos y graves: se le acusaba de «haber hecho prender a los mejores patriotas, y de formar todos los días la lista de proscripción de los que habían de ser degollados al día siguiente» (17). Los gritos de «toda la Convención y de las tribunas» provocaron un enorme alboroto, un movimiento desesperado contra Robespierre y sus colaboradores: Saint Just, Couthon, Lebas etc. Frente a él, la Convención, junto a él el comandante y los jefes de la Guardia Nacional, la Municipalidad, el Maire de París, casi todos los jacobinos y «una gran porción del pueblo». Los intentos de sublevar al pueblo fracasaron; Robespierre y los suyos fueron encarcelados y el 28 guillotinado.

La Revolución iniciaba una nueva etapa; caía uno de los personajes más importantes del momento, mostrando en aquel trance, según la versión del *Mercurio*, «la mayor timidez y abatimiento». La reacción Termidoriana, a pesar de alguna resistencia popular, conseguía imponerse:

«...empezaron a acudir Diputaciones de los barrios a la ciudad, de los discípulos de la escuela de Marte y de otros cuerpos, felicitando a la Convención por el feliz suceso contra los traidores, y haciendo protestas de su sumisión a la Convención, y de su horror a Robespierre».

(17) *Mercurio...*, «Noticias», septiembre, 1794, pp. 12-13.

El cronista del *Mercurio* mostraba su alegría por la caída del «déspota más cruel de aquel infeliz Reyno». Ahora las acusaciones contra el dictador se volvían también contra la Convención que le había apoyado a pesar de sus protestas «de vivir dominada por el tirano». La campaña contra la obra y la figura de Robespierre desarrollada por la Convención insistía ahora en el «abatimiento y cprobio baxo el qual han gemido sus miembros».

Muerto Robespierre se iniciaba un sistema «de más moderación que el anterior»; se dictaron medidas contra las detenciones arbitrarias, se restablecieron las pensiones prometidas a los eclesiásticos que juraron la Constitución y fueron liberados numerosos presos injustamente encarcelados. El *Mercurio* insiste una y otra vez sobre la gran trascendencia del cambio: «Se ha mudado enteramente de tono en París, y todas las ideas relativas a un sistema de moderación que antes se tenían por el mayor delito, se proponen ahora con toda confianza, y son aceptadas con el mayor aplauso» (18).

Entre las medidas inmediatas destaca el restablecimiento de la libertad de Imprenta «reprimida» a pesar de estar reconocida en la Constitución y la reorganización de Juntas y Tribunales, aunque junto a los nuevos proyectos persistan viejas rivalidades como apunta el cronista:

«Aunque la Convención se ha mostrado casi unánime al adoptar estas disposiciones, los alborotos y discordias que se observan en casi todas sus secciones manifiestan que los ánimos están muy distantes de reunirse en un mismo sistema» (19).

La tendencia moderada parecía encontrar serios obstáculos entre los extremistas, los robespierrotes como se les llamaba, mientras la revisión de los decretos de la etapa anterior, responsables de «haber esparcido el temor por toda la Francia», y de haber «aniquilado la libertad se presentaba como una ardua tarea. El proceso contra la Junta revolucionaria de Nantes y contra el representante de la Convención en aquella ciudad, Carrier, se inscriben en esta ofensiva desesperada del partido moderado contra los jacobinos.

En diciembre, el *Mercurio*, por primera vez desde 1789, hablaba de justicia refiriéndose a la nueva política legislativa de Francia:

(18) *Mercurio...*, «Noticias», octubre, 1794, pp. 153-154.

(19) *Mercurio...*, «Noticias», octubre, 1794, p. 156.

«La justicia que guía al presente a la Convención en todos estos Decretos, es generalmente aplaudida, pero los papeles públicos no hablan de ella sin echar algunas miradas sobre lo pasado, y sin quejarse de la paciencia demasiado larga con que los Representantes de la Nación han dexado el curso libre a tantos horrores; la Convención procura remediarlos en lo posible....» (20).

El periódico español hacía causa común con los moderados frente a los *rigurosos* o *robespierrotos*, escasos en número pero enormemente violentos, apoyando la beligerancia jacobina que exigía medidas de máxima dureza expuestas en una larga y acalorada sesión, en la que las cuatro Juntas reunidas elaboraron la exposición de motivos de una propuesta que pedía la suspensión de las reuniones de Jacobinos

«que en vez de servir de apoyo a la autoridad pública, querían dominarla, o más bien apropiársela: que no reconocían ningún poder legítimo, y haciéndose superiores a las leyes, querían precipitar por medio del desorden de la confusión y usurpación del poder nacional, a una ruina inevitable al pueblo....» (21).

La Convención aprobó el Informe de las Juntas; las reuniones Jacobinas fueron suspendidas y sus centros clausurados. Parecía consolidarse el proyecto iniciado el 27 de julio a pesar del escepticismo de muchos: «Hemos sido engañados tantas veces sobre el verdadero patriotismo — decía un folletista anónimo —, que el pueblo debe tomar el prudente partido del observador imparcial en estos sangrientos debates» (22).

5. Después de Termidor

Tras la reacción termidoriana la Convención inicia una nueva etapa en la que aspira a consolidar un orden político firme, moderado y eficaz en el marco de la Revolución.

La lectura de las «Noticias de Francia» en el periodo que se extiende desde el otoño de 1794 hasta diciembre de 1795, refleja la nueva política del Gobierno francés que incluye varios importantes objetivos:

- a) Reorganización política
- b) Liberalización económica

(20) *Mercurio...*, «Noticias», diciembre, 1794, p. 456.

(21) *Mercurio...*, «Noticias», enero, 1794, p. 16.

(22) *Mercurio...*, «Noticias», noviembre, 1794, pp. 312-322.

- c) Pacificación nacional e internacional
- e) Reforma institucional

El Informe del diputado Gregoire sobre el estado de Francia tras los sucesos de Termidor leído en la Asamblea, describía la dramática situación del país pasada ya la etapa del Terror: caos en la Industria, las Ciencias, las Artes y las Letras; iglesias abandonadas, edificios artísticos incendiados y bibliotecas despojadas como la de San Germán de los Prados. El Informe proponía como primera medida, la presentación de un «plan de instrucción» y de una política de reformas profundas en todos los campos de la vida pública, única forma de «organizar un gobierno republicano» como decía su autor.

La reorganización de la vida política se inicia, en efecto, a partir de una importante serie de medidas entre las cuales destaca por su especial interés el plan que afectaba a la Junta de Legislación que debía regular el nombramiento de cargos públicos puesto que la situación excepcional por la que atravesaba Francia había permitido prolongar una situación irregular en la que los derechos ciudadanos quedaban marginados:

«La Convención, con mantener el Gobierno revolucionario —leemos en la crónica de febrero—, ha conservado la facultad de nombrar para todos los empleos públicos en toda la extensión de la Francia, el qual nombramiento pertenece al pueblo según la constitución» (23).

El Plan señalaba con precisión las competencias concretas de las Juntas en aquellos nombramientos.

La elaboración de un proyecto de Código Civil, de medidas sobre sanidad y asistencia social entre otras, se inscriben en aquel proceso renovador.

La lucha entre jacobinos y moderados había anulado las iniciativas del Gobierno impidiendo llevar a buen puerto cualquier proyecto político. Después de Termidor, y a pesar de la gravedad de los enfrentamientos de abril y mayo, los miembros de la Convención querían emplearse, como decía el *Mercurio*, «en algunos objetos de utilidad pública».

La existencia de una economía de guerra en el marco de la Revolución, reclamaba un cambio de orientación en la nueva etapa iniciada el 27 de julio como única vía para superar «la suma decadencia en que se hallan las Artes, el Comercio y la Agricultura». El proyecto de liberalización de una economía dirigida, sometida a fuertes medidas de control, incluía algunas

(23) *Mercurio...*, «Noticias», febrero, 1795, p. 144.

importantes leyes como la supresión de la tasa — una ley «ruinosa» en opinión de muchos — que ahora permitiría la libertad de precios y la libre competencia, y la prohibición de lanzar nuevas emisiones de asignados manteniendo el crédito de los que estaban en circulación. Las medidas que fomentaban la inversión, el desarrollo de la agricultura, el comercio y la industria, apoyaban el retorno inmediato de un importante grupo de artesanos exiliados, de una burguesía atemorizada que había huido, perdiendo sus industrias, su maquinaria, sus materias primas y también sus mercados; los «artífices desanimados, como decía un diputado, han llevado a países extranjeros sus talentos útiles, y sus manufacturas se han enriquecido con la pérdida de las nuestras». Libertad y promoción eran las únicas alternativas válidas para solucionar los problemas económicos del país: nuevas leyes sobre aduanas, prestamos, comunicaciones y sobre el retorno de artesanos exiliados, junto a una inflexible política contra la corrupción.

Conseguir la paz dentro y fuera de Francia constituye otro de los grandes objetivos del Gobierno en esta nueva etapa. Los triunfos del ejército francés frente a los aliados, impulsaron un sentimiento pacificador en el que coincidían los militares, el pueblo y el gobierno. Después de la conquista de Holanda se inicia un proceso de normalización de las relaciones internacionales francesas y en 1795, casi un año después, se firmaban acuerdos parciales entre Francia, Holanda, Prusia y España.

Aunque el cronista del *Mercurio* mostraba interés por los problemas internos de Francia, apoyaba especialmente los objetivos pacificadores propuestos por Cambaceres ante la Convención: «...la protección de las operaciones militares de invierno, la tranquilidad interior, que depende de la total extinción de los jacobinos, y en fin la posibilidad de hacer la paz con algunas de las potencias beligerantes» (24). Como medida previa a las conversaciones de paz, era preciso desmontar una campaña de desprestigio contra Francia que insistía en el proselitismo revolucionario acusando a la Convención de intentar «democratizar» Europa; los franceses, a principios de 1795, olvidado el fervor expansionista girondino, únicamente aspiraban a la paz. En la sesión de la Convención del 30 de enero, Boissy de Anglas, en nombre de la Junta de Salud Pública, formulaba un deseo unánimemente compartido:

«...después de haber establecido por límites de la Francia, por una parte el océano, por otra los montes que le ciñen

(24) *Mercurio...*, «Noticias», febrero, 1795, p. 150.

por el lado de España y de Italia, y finalmente los grandes ríos que han conquistado las tropas francesas, convido a la Convención a declarar con la franqueza y dignidad propias de una República, las condiciones baxo las quales concederá la paz a sus enemigos» (25).

Francia quería pues la paz, y la querían también los países aliados, pero se trataba de una paz planteada desde posiciones muy distintas: mientras la República francesa aspiraba a imponer sus condiciones — «...una paz asegurada por nuestra propia fuerza, como decía el diputado Merlin de Douay el 4 de diciembre, y por la impotencia en que quedarían nuestros enemigos de poder hacernos jamás ningún daño» — los países aliados desconfiaban, y el *Mercurio* llamaba la atención sobre los graves peligros de la propuesta y sobre la inestabilidad de la política francesa. Los enfrentamientos y la lucha por el poder iban a desencadenar motines callejeros provocando una verdadera insurrección popular — germinal y prairial —, al grito de pan y Constitución de 1793 (26). Sobre el mismo peligro en había insistido Clauzel en la tribuna de la Convención al referirse a la necesidad de terminar con el enfrentamiento entre moderados y jacobinos: «¿Cómo quereis — decía —, que las Potencias beligerantes se atrevan a pedirnos la paz, ó la alianza, mientras consentís en vuestro seno a los jefes del partido que despedaza a la República?. ¿Quién podrá asegurar a estas Potencias el cumplimiento de vuestras promesas?» (27). El Gobierno francés proponía la paz «como el término no sólo de todas las calamidades inseparables del estado de guerra, sino también como el fin de todas estas agitaciones y trastornos domésticos, que acompañan siempre al estado de revolución», como decía el mismo Clauzel. Los países beligerantes por su parte, rechazaban las condiciones humillantes y sobre todo, las contrapartidas que afectarían a su integridad territorial.

El 16 de mayo de 1795 se firmaba la paz entre Francia y Holanda, el 29 de julio se notificaba a la Convención que la paz entre España y Francia había sido «ajustada»; el *Mercurio* en la crónica de septiembre, refleja la alegría de los diputados, «por las grandes ventajas que acarrea esta paz para la pacificación general» y «por su gran importancia»: «...levantándose con festivas aclamaciones (la Convención) ratificó el tratado, que ha llenado de júbilo a toda la Francia», un júbilo compartido por «todos los buenos ciudadanos franceses».

(25) *Mercurio...*, «Noticias», abril, 1795, p. 347.

(26) Cfr. Albert Soboul, *Compendio de la Historia de la Revolución Francesa*, Madrid, Tecnos, 1979, pp. 328-336.

(27) *Mercurio...*, «Noticias», febrero, 1795, p. 156.

La reforma constitucional representaba otro de los grandes objetivos de los termidoranos. La Constitución democrática de 1793 no había entrado nunca en vigor y ahora, la nueva etapa exigía la elaboración de un texto diferente «hasta el punto de ocupar toda la atención de los diputados» como decía el *Mercurio*. El proyecto, redactado por una Junta de once miembros, reconocía los derechos del hombre y del ciudadano, establecía una Cámara baja o Consejo de los Quienientos y un Consejo de Ancianos o Cámara alta y además un Directorio formado por cinco miembros que asumía el poder ejecutivo. Tras largas discusiones y con alguna modificación el texto fue aprobado y en general «aplaudido», «pues se esperaba que por este medio se pondría fin a los desórdenes». El *Mercurio* hablaba del espíritu de unión y amor al bien público de los diputados franceses destacando algunos comentarios importantes de políticos y diputados: «...todos los franceses tienen un mismo espíritu y un mismo corazón: el ejercicio de los derechos legítimos de los unos no suministrará a los otros el pretexto de exagerar la medida de los suyos», decía el Orador de la sección de París. El diputado Delville, por su parte, creía que al fin, con la proclamación de la nueva Constitución, comenzaba una larga etapa de paz: «Ya se acabó para siempre la revolución — declaraba ante la Convención —, hacedlo ver a toda la Europa....».

Cuando el 31 de octubre se producía la elección del Directorio, el Gobierno de la Convención consideraba cumplidos algunos de sus más importantes objetivos políticos y militares. Empezaba una nueva etapa calificada por muchos historiadores como una «dictadura ineficaz», que iba a terminar con otra acción de fuerza: el golpe de Estado de Brumario.